

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES DA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVA FRIBURGO-RJ**

Pregão Eletrônico nº 110/2021

GMB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA ME, empresa privada com sede na Rua Geni Saraiva 2467 – Cerâmica – Nova Iguaçu – Cep 26031-482, C.N.P.J. nº 28.834.487/0001-27, representada pelo Sr. JEAN CARLOS CORREA DE CARVALHO, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº 245014865DICRJ, expedida pelo SSP/RJ, inscrito no C.P.F./MF sob o nº 140.060.767-11, vem, com fulcro no art. 41, § 2º e § 3º, da Lei nº 8.666/1990, apresentar,

IMPUGNAÇÃO

Ao edital de licitação em epígrafe, pelas razões de fato e de direito que serão a seguir devidamente expostas:

I - DO CERTAME E DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO

Nos termos do instrumento convocatório anteriormente referido, tendo por objeto:

REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual Aquisição de GASES-ÓXIDO NITROSO LÍQUIDO E NITROGÊNIO GASOSO para atender às necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I deste edital.

Outrossim, no que tange a tempestividade do presente manejo impugnativo, é cediço que de acordo com o item 27.1 do instrumento convocatório, o prazo para impugnação é de três dias úteis, o que torna, portanto, o presente pleito tempestivo.

II - DA ANÁLISE DO EDITAL PELA SOLICITANTE

A empresa impugnante, interessada e apta a participar da licitação epigrafada, veio a adquirir o Edital regulador do certame e examinar as condições de participação nele constantes com a minúcia apropriada, necessária à percepção das diversas particularidades e nuances do objeto da licitação.

Desse acurado exame, resultou a constatação, com o devido respeito, de que há disposições no instrumento convocatório merecedoras de adequação sob pena de ofensa ao princípio do Interesse Público, razão por que, em homenagem ao Princípio da Isonomia, da Razoabilidade, da Legalidade e da Vinculação ao Instrumento Convocatório, são ora questionadas.

Ex positis, ante as considerações que serão aqui tecidas pela licitante, é que a mesma pede vênua para discutir a sua argumentação de forma didática, esmiuçando ponto a ponto a seguir demonstrado a seguir:

ITENS 20.3¹ – EXIGÊNCIA DEMASIADA – TOLHIMENTO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Da análise dos supracitados itens, vê-se que os mesmos não possuem conexão direta com objeto, de modo que o objeto do certame se restringe apenas ao fornecimento de ÓXIDO NITROSO LÍQUIDO E NITROGÊNIO GASOSO, não estando adstrita a fase de transporte, mas apenas a de fornecimento, sendo tal cláusula restritiva ao certame.

Deste modo, faz-se necessário a retificação do supracitado item, pois não se coaduna com o objeto do certame.

ITENS 20.4² – EXIGÊNCIA DEMASIADA – TOLHIMENTO DA COMPETITIVIDADE DO CERTAME

Da análise do supracitado item, vê-se que o mesmo impende sobre ramos comerciais os quais as atividades são potencialmente poluidoras, quanto a isto, a

¹ 20.3 - Apresentar cópia da Licença de operações para transporte de produtos perigosos Resolução 420 da ANTT e Decreto Estadual 46890/2019.

² 20.4 - Apresentar cópia do Cadastro Técnico Federal de Atividades Poluidoras Lei 6.938/81

presente licitante fez pesquisa junto ao CTF, verificando as Fichas Técnicas de Enquadramento, e conforme lista que também segue anexa, percebe-se que o objeto do certame não encontra-se no Rol de atividades as quais necessitam do CTF/APP, sendo tal cláusula restritiva ao certame.

Deste modo, faz-se necessário a retificação do supracitado item, pois não se coaduna com o objeto do certame.

III – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Nobre pregoeiro, conforme exposto tais critério de qualificação técnica adotados pela Administração Pública não encontram respaldo doutrinário, legislativo ou jurisprudencial, haja vista que, a inserção de tais tipos de requisitos, terminam por tolher a competitividade do certame e restringir a concorrência.

Ademais, é cediço que o Princípio da competitividade significa a exigência de que a Administração Pública fomente e busque agregar à licitação pública o maior número de interessados, para que, com olhos na eficiência e na isonomia, aumentando o universo das propostas que lhe são encaminhadas, ela possa legitimamente escolher aquela que seja a mais vantajosa ao interesse público.

Neste giro, é o que preconiza o artigo nº 3, inciso II da Lei 10.250/2002, vejamos:

Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, **limitem a competição;**

Desta maneira não pode a Administração pública adotar meios ou critérios que venham a limitar a competição, o que, como dito *alhures*, fora adotado no presente caso, o que será delineado nas considerações que se seguem.

Salienta-se que o instituto da licitação tem por escopo garantir a melhor proposta para a Administração Pública, bem como, **garantir a ampla concorrência entre os possíveis interessados em contratar com a mesma**. Quando qualquer exigência do edital ou qualquer ato do processo descurar referidos objetivos (ou princípios) estar-se-á diante

de patente ilegalidade, que deve ser sanada com a decretação da nulidade e repetição do ato.

Acerca da irregular restrição do caráter competitivo do certame, Ronny Charles se manifesta da seguinte forma, com base em deliberações do TCU:

O TCU determinou a certa empresa pública que evitasse incluir cláusulas editalícias que restringissem o caráter competitivo do certame; além de adotar o critério de menor preço por item, sempre o objeto fosse divisível e desde que não houvesse prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, em vez de menor preço global por lote, como ocorrido em um pregão eletrônico, com vistas a atender ao estabelecido nos arts. 3º, §1º, inciso I; 15, inciso IV e 23 §1º, da Lei nº 8.666/93 (TCU – Acórdão nº 2.790/2006 – 2ª Câmara). (grifo nosso).³

Já lei nº 8.666/93, Lei Geral de Licitações, também aplicável subsidiariamente ao pregão, dispõe em seu art. 3, §1º:

Art. 3º. §1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;(grifo nosso).⁴

Ante todo o exposto, tendo em vista, com fulcro na legislação regente ao presente caso e no entendimento sedimentado da doutrina, não se vislumbrando prejuízo da economia de escala, além de que, as exigências utilizadas na qualificação técnica terminam por restringir demasiadamente a concorrência, imperioso se faz a retificação

³CHARLES, Ronny. **Leis de Licitação Públicas comentadas**. 7ª Edição, Editora JusPodivm, 2015, Salvador-BA.

⁴BRASIL. **LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em 19 set 2018.

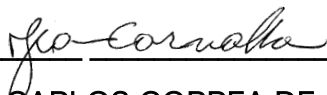
das cláusulas esposadas *alhures*, para que sejam realizadas as correções mencionadas, pois os critérios adotados restringem indevidamente a concorrência.

IV – DO PEDIDO

Ante o exposto, a Impugnante solicita a retificação no que tange à mencionada impropriedade do instrumento convocatório nos itens apontados, a fim de que sejam respeitados os princípios que regem a atuação da Administração Pública. Fica, dessa forma, atingido o instrumento convocatório, devendo novo edital ser elaborado e publicado considerando as devidas adequações.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Nova Iguaçu - RJ, 10 de maio de 2022.



JEAN CARLOS CORREA DE CARVALHO
SÓCIO ADMINISTRADOR

[28.834.487/0001-27]
**GMB COMERCIO E
SERVICOS LTDA**
Rua Geni Saraiva, 2467
CERÂMICA - CEP: 26.031-482
NOVA IGUAÇU - RJ

GMB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA